



TRT-7ª REGIÃO
Ceará

Plano Estratégico do TRT da 7ª Região

2021-2026



Plano Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região 2021-2026

Desembargadora do Trabalho Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno
Presidente

Desembargadora do Trabalho Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque
Vice-Presidente

Desembargador do Trabalho Paulo Régis Machado Botelho
Corregedor Regional

Desembargador do Trabalho José Antônio Parente da Silva (Decano do Tribunal)

Desembargador do Trabalho Cláudio Soares Pires

Desembargadora do Trabalho Maria José Girão

Desembargadora do Trabalho Maria Roseli Mendes Alencar

**Desembargador do Trabalho Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Júnior (Diretor
da Escola Judicial)**

Desembargador do Trabalho Plauto Carneiro Porto (Ouvidor-Geral)

Desembargador do Trabalho Jefferson Quesado Júnior

Desembargador do Trabalho Durval César de Vasconcelos Maia

**Desembargador do Trabalho Francisco José Gomes da Silva (Vice-Diretor da Escola
Judicial)**

Desembargador do Trabalho Emmanuel Teófilo Furtado

Desembargador do Trabalho Clóvis Valença Alves Filho (Ouvidor-Geral Substituto)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

ANÁLISE DO AMBIENTE ORGANIZACIONAL

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL E MAPA ESTRATÉGICO

**ALINHAMENTO À ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO E À
ESTRATÉGICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

INDICADORES METAS PARA 2021



Introdução

O Plano Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região para o sexênio 2021 – 2026, aqui apresentado foi elaborado em harmonia com o ATO CSJT.GP.SG N° 34/2021 que aprovou o Plano Estratégico da Justiça do Trabalho para o período de 2021 a 2026, com a Resolução CSJT n° 259, de 14 de fevereiro de 2020 que instituiu o Modelo de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, com a Resolução CNJ n° 325, de 29 de junho de 2020 que aprovou a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021-2026 e com os princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário, instituídos pela Resolução CNJ n° 221, de 10 de maio de 2016.

A estrutura definida para o plano aqui apresentado inclui a Missão Institucional do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, a Visão de Futuro, os Valores Organizacionais e os Objetivos Estratégicos que materializam o direcionamento prioritário das ações do Sétimo Regional para os próximos seis anos.

A metodologia *Balanced Scorecard*, fundamentação teórica escolhida pelo CNJ e pelo CSJT, foi, por alinhamento, adotada pelo TRT7.

Esse referencial teórico define a distribuição dos objetivos da organização em perspectivas, a saber: Cliente/Sociedade (Resultados para o usuário dos serviços de justiça), Processos Internos (Resultados da atividade finalística) e Aprendizado e Crescimento (Condições de gestão), que são apresentadas em forma de um diagrama intitulado como “Mapa Estratégico”.

Para o primeiro ano de vigência deste plano, adotam-se como obrigatórias, as sete metas nacionais aprovadas no XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado nos dias 26 e 27 de novembro de 2020.

Além das metas acima mencionadas, apresenta-se a cesta de indicadores estratégicos da Justiça do Trabalho.



Análise do ambiente organizacional

Processo de monitoramento do ambiente organizacional interno (forças e fraquezas) e externo (oportunidades e ameaças) para identificar elementos atuais e futuros que podem influenciar a capacidade do TRT7 atingir suas metas.

Análise interna

FORÇAS

Celeridade na fase de conhecimento;
Política de soluções consensuais de conflitos;
Formação, qualificação e comprometimento dos magistrados e servidores;
Infraestrutura física e tecnológica;
Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho - Pje-JT;
Sistemas administrativos eficientes;
Transparência;
Capacidade de inovação e adaptação às adversidades;
Relacionamento construtivo com as partes interessadas (*stakeholders*).

FRAQUEZAS

Insuficiência dos quadros de pessoal;
Baixa efetividade nas execuções trabalhista e fiscal;
Deficiência na comunicação interna externa;
Maturidade em gestão de pessoas;
Pouca valorização dos processos de gestão e governança;
Ausência de padronização e uniformização de procedimentos; Ausência de padronização da estrutura administrativa.

Análise externa

OPORTUNIDADES

Parceria com outros órgãos e fortalecimento das cooperações judiciais;
Novas tecnologias aplicáveis à Justiça do Trabalho;
Credibilidade da Justiça do Trabalho;
Quebra de paradigma quanto à prestação de serviços via remoto, diante do contexto atual vivenciado no país e no mundo; Alinhamento do TRT7 aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
Estímulo à adoção de boas práticas de Governança Pública; Reformas na legislação;

AMEAÇAS

Restrições orçamentárias;
Cenário político e socioeconômico desfavorável;
Questionamento da relevância dos direitos sociais e da Justiça do Trabalho;
Impactos da pandemia do COVID-19;
Redução da força de trabalho; Falta de uma política salarial para reposição das perdas inflacionárias da remuneração de pessoal;
Qualidade da infraestrutura de telecomunicação no país.



IDENTIDADE ORGANIZACIONAL



Missão do TRT 7 (nossa essência, nossa razão de existir)

Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania



Visão de futuro do TRT 7 (a organização que queremos ser)

Ser reconhecido como tribunal ágil e efetivo, que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento sustentável da jurisdição.



IDENTIDADE ORGANIZACIONAL



Valores institucionais do TRT7

Princípios compartilhados, convicções dominantes, elementos motivadores das ações das pessoas, os quais contribuem para a unidade e a coerência do trabalho
(Resolução CSJT nº 259/2020)

Valorização das pessoas: estabelecimento de mecanismos para reconhecimento do bom desempenho profissional, estímulo ao aperfeiçoamento funcional e à melhoria permanente na qualidade de vida no trabalho;

Acessibilidade: disponibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, materiais, edificações, tecnologia, informação e comunicação, bem como de todos os serviços administrativos e judiciais;

Acessibilidade: disponibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, materiais, edificações, tecnologia, informação e comunicação, bem como de todos os serviços administrativos e judiciais;

Agilidade: realização da prática dos atos judiciais e de gestão em tempo que garanta sua efetividade;

Comprometimento: preservação da coisa pública e compromisso com a qualidade, requisitos e prazos estabelecidos para os serviços prestados.



IDENTIDADE ORGANIZACIONAL



Valores institucionais do TRT7

Princípios compartilhados, convicções dominantes, elementos motivadores das ações das pessoas, os quais contribuem para a unidade e a coerência do trabalho
(Resolução CSJT nº 259/2020)

Efetividade: garantia da realização dos serviços judiciais em completo atendimento às normas, às metas estabelecidas e às necessidades dos jurisdicionados;

Eficiência: utilização dos recursos públicos com economicidade, sem desperdício, aplicados exclusivamente à concretização da função institucional;

Ética: prática de valores morais como honestidade, probidade e integridade, entre outros, em todas as manifestações e relações humanas;

Inovação: promoção do ambiente de trabalho que favoreça o aproveitamento da inteligência coletiva, da criatividade, do estímulo ao aprendizado, mediante erros controlados, com vistas à melhoria, à adoção ou à criação de novos produtos ou serviços, que gerem valor e garantam o cumprimento da missão institucional;

Respeito à diversidade: acolhimento das pessoas, em todas as relações humanas, independentemente de gênero, etnia, idade, religião ou orientação sexual ou quaisquer diferenças culturais;



IDENTIDADE ORGANIZACIONAL



Valores institucionais do TRT7

Princípios compartilhados, convicções dominantes, elementos motivadores das ações das pessoas, os quais contribuem para a unidade e a coerência do trabalho
(Resolução CSJT nº 259/2020)

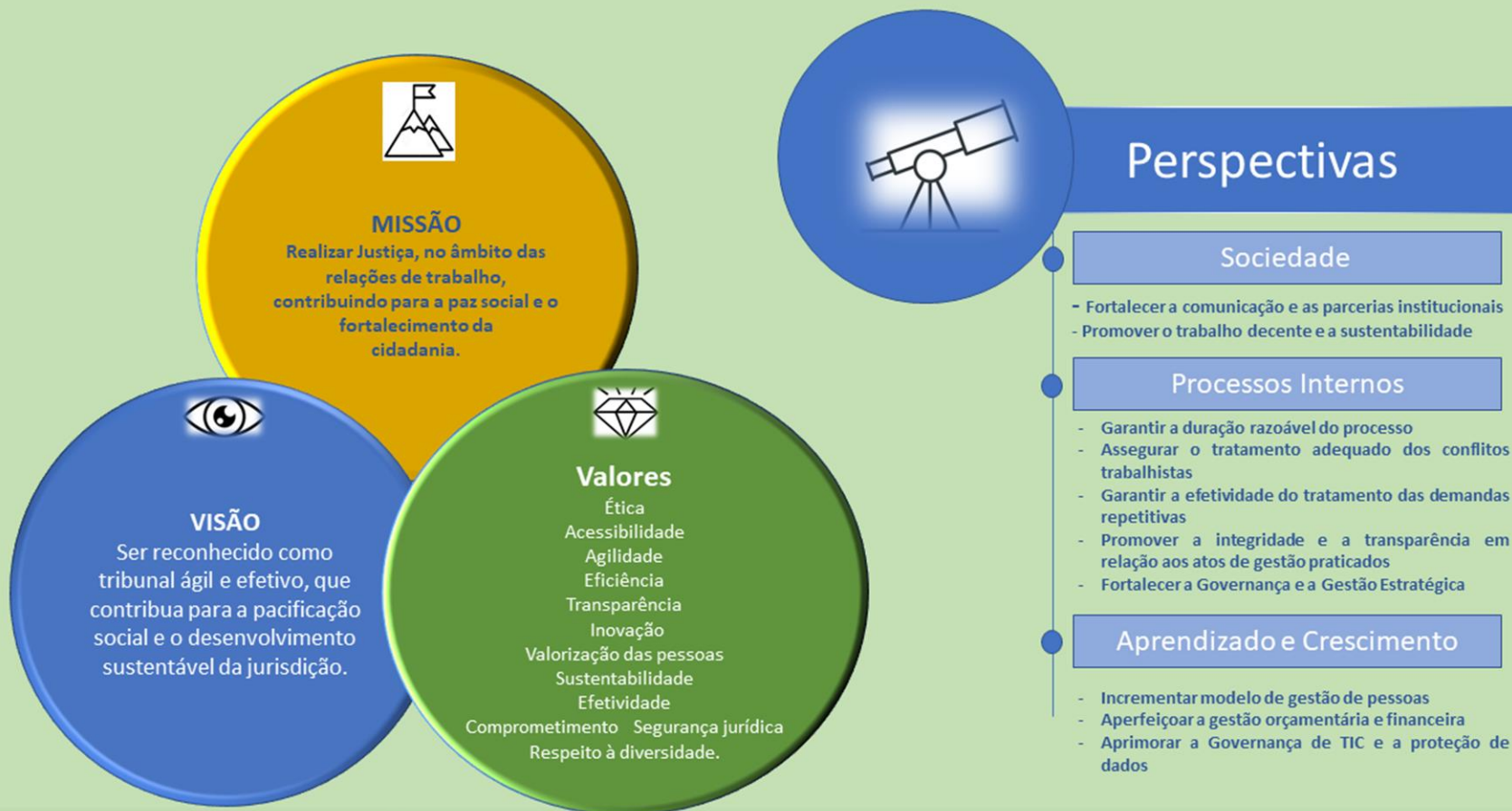
Segurança jurídica: garantia de aplicação das normas jurídicas de forma fundamentada, justa e razoável, observando-se as leis e a supremacia da Constituição;

Sustentabilidade: adoção de atitudes que contribuam para um mundo mais pacífico, com menor desigualdade, maior promoção dos direitos humanos e proteção do planeta e dos recursos naturais;

Transparência: compromisso com a divulgação de atos de gestão e judiciais, dados ou resultados organizacionais, independentemente de solicitação, em formatos acessíveis e abertos.



MAPA ESTRATÉGICO DO TRT7





Alinhamento estratégico (2021-2026): A Estratégia Nacional do Poder Judiciário, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, o Plano Estratégico da Justiça do Trabalho e o Plano Estratégico do TRT7

O Plano Estratégico do TRT7 – 2021-2026 está em conjunção com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário (Resolução CNJ n] 325/2020) e com o Plano Estratégico da Justiça do Trabalho (Ato CSJT.GP.SG n° 34/2021).

Este alinhamento estratégico gera harmonia institucional, conformidade e sinergia.

Para o novo ciclo (2021-2026) o Conselho Nacional de Justiça definiu, na Resolução 325/2020, a extensão do alinhamento dos planos estratégicos do Poder Judiciário aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, integrantes da Agenda 2030 da Organização da Nações Unidas – ONU.



Alinhamento estratégico (2021-2026): A Estratégia Nacional do Poder Judiciário, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, o Plano Estratégico da Justiça do Trabalho e o Plano Estratégico do TRT7





Alinhamento estratégico (2021-2026): A Estratégia Nacional do Poder Judiciário, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, o Plano Estratégico da Justiça do Trabalho e o Plano Estratégico do TRT7

O Plano Estratégico do TRT7 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Sociedade

Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Promover o trabalho decente e a sustentabilidade

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Processos Internos

Garantir a duração razoável do processo

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas

16

Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados

16 17

Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica

9 16 17

Aprendizado e Crescimento

Incrementar modelo de gestão de pessoas

3 4 8 10 13 16 17

Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira

12 16 17

Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados

9 16 17



Plano Estratégico do TRT7

Indicadores e Metas para 2021



Perspectiva

Sociedade

Objetivo Estratégico

Promover o trabalho decente e a sustentabilidade



Indicador

Índice de integração da Agenda 2030
ao Poder Judiciário – IIA2030

Meta

Meta Nacional 9: Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030

Responsável

**Desembargadora Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno
Presidente do TRT7**



Perspectiva

Processos Internos

Objetivo Estratégico

Garantir a duração razoável do processo

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Indicador
Índice de processos julgados - IPJ

Meta

Meta Nacional 1: Julgar mais processos que os distribuídos - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente

Responsável
Desembargador Paulo Régis Machado Botelho
Corregedor-Regional e Gestor de Metas do TRT7



Perspectiva

Processos Internos

Objetivo Estratégico

Garantir a duração razoável do processo

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Indicador
Índice de processos antigos julgados - IPAJ

Meta
Meta Nacional 2: Julgar processos mais antigos - Identificar e julgar até 31/12/2021 pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019, nos 1º e 2º graus

Responsável
Desembargador Paulo Régis Machado Botelho
Corregedor-Regional e Gestor de Metas do TRT7



Perspectiva

Processos Internos

Objetivo Estratégico

Garantir a duração razoável do processo

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Indicador

Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais - TCL

Meta Nacional 5: Reduzir a taxa de congestionamento - Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%

Responsável

**Desembargador Paulo Régis Machado Botelho
Corregedor-Regional e Gestor de Metas do TRT7**



Perspectiva

Processos Internos

Objetivo Estratégico

Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Indicador
Índice de conciliação - IC

Meta Nacional 3: Estimular a conciliação - Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%.

Responsável
Desembargador Paulo Régis Machado Botelho
Corregedor-Regional e Gestor de Metas do TRT7



Perspectiva

Aprendizado e Crescimento

Objetivo Estratégico

Incrementar modelo de gestão de pessoas

3 4 8 10 13 16 17

Indicador
Índice de promoção da saúde de magistrados e servidores - IPSMS

Meta Nacional 10: Promover a saúde de magistrados e servidores - Realizar exames periódicos de saúde em 15% dos magistrados e 15% dos servidores e promover pelo menos uma ação com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior.

Responsável

Presidente do Comitê de Atenção à Saúde de Magistrados e Servidores



Perspectiva

Aprendizado e Crescimento

Objetivo Estratégico

Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados

9 16 17

Indicador
Índice de processos judiciais eletrônicos - IPJE

Meta Nacional 11: Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica - Alcançar 100% de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total

Responsável
Desembargadora Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno - Presidente do TRT7 e do Comitê de Governança de TIC



CESTA DE INDICADORES ESTRATÉGICOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

A Cesta de Indicadores Estratégicos - CIE reúne as métricas de referência que devem ser adotadas para a mensuração dos objetivos estratégicos.



CESTA DE INDICADORES ESTRATÉGICOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Perspectiva	Objetivo Estratégico	CIE	Metas
Sociedade	Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais	Índice de Parcerias Institucionais - IPI	Meta a ser fixada (art. 2º da Resolução CSJT nº 259/2020)
	Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Índice de processos julgados sobre o trabalho decente - IPJTD	Meta a ser fixada (art. 2º da Resolução CSJT nº 259/2020)
		Índice de desempenho de sustentabilidade - (IDS-JT)	Meta a ser fixada (art. 2º da Resolução CSJT nº 259/2020)



CESTA DE INDICADORES ESTRATÉGICOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Processos Internos	Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados.	Índice de atendimento às deliberações e às recomendações decorrentes de auditoria (IADRDA-JT)	Meta a ser fixada (art. 2º da Resolução CSJT nº 259/2020)
		Índice de avaliação de riscos (IAR-JT)	Meta a ser fixada (art. 2º da Resolução CSJT nº 259/2020)
	Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas	Tempo médio entre o trânsito em julgado do precedente e o trânsito em julgado do processo em que a tese deveria ser aplicada - TMTJ	Meta a ser fixada (art. 2º da Resolução CSJT nº 259/2020)
		Tempo médio entre a afetação e a sentença de mérito - TMASM	Meta a ser fixada (art. 2º da Resolução CSJT nº 259/2020)
	Fortalecer a governança e a gestão estratégica	Índice de processos de trabalho críticos mapeados com identificação dos controles internos - IPMCI-JT Índice de classificação documental no processo judicial eletrônico - ICDPJE -JT	Meta a ser fixada (art. 2º da Resolução CSJT nº 259/2020)



CESTA DE INDICADORES ESTRATÉGICOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Aprendizado e Crescimento	Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira	Índice de cumprimento da Emenda Constitucional n° 95/2016 - ICEC95 -JT	Meta a ser fixada (art. 2° da Resolução CSJT n° 259/2020)
		Índice de execução das dotações para despesas discricionárias - IEDD	Meta a ser fixada (art. 2° da Resolução CSJT n° 259/2020)
		Índice de aderência à norma que padroniza a estrutura da JT de 1° e 2° Graus - IANE	Meta a ser fixada (art. 2° da Resolução CSJT n° 259/2020)
		Índice de conformidade da integridade e segurança dos sistemas e das bases de dados - ICISBD	Meta a ser fixada (art. 2° da Resolução CSJT n° 259/2020)
		Índice de satisfação com os sistemas de TIC - ISTIC	Meta a ser fixada (art. 2° da Resolução CSJT n° 259/2020)



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (CE)



MISSÃO

Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.



VISÃO

Ser reconhecido como tribunal ágil e efetivo, que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento sustentável da jurisdição.



Valores

Ética
Acessibilidade
Agilidade
Eficiência
Transparência
Inovação
Valorização das pessoas
Sustentabilidade
Efetividade
Comprometimento Segurança jurídica
Respeito à diversidade.

<https://www.trt7.jus.br/>

Versão digital do Plano Estratégico do TRT da 7ª Região 2021-2026 disponível em:

https://www.trt7.jus.br/pe/index.php?option=com_content&view=article&id=64&Itemid=167